

Dossiê

Sentimentos partidários, posicionamento ideológico e voto nas eleições presidenciais de 2014

DOI: <https://doi.org/10.14244/agenda.2023.3.3> **Éder Rodrigo Gimenes**

Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV).

E-mail: ergimenes@uem.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2059-186X>

 **Filipe Vicentini Faeti**

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM) e doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), pesquisador visitante do Instituto Ibero América da Universidade de Salamanca e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP - Processo no 2020/11888-6).

E-mail: fvfaeti@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7554-6145>

 **Daniel Leonel da Rocha**

Mestre e doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), bolsista de pós-doutorado do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia - Representação e Legitimidade Democrática (INCT/ReDem).

E-mail: daniel.leonel.rocha@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4005-1497>

RESUMO: Este artigo trata da relação entre comportamento político e comportamento eleitoral, com foco no primeiro aspecto, de modo que seu objetivo é analisar as semelhanças e discrepâncias entre dois polos ou grupos de eleitores: [1] aqueles que manifestaram seu gosto pelo PT, aqueles que se posicionaram à esquerda no espectro ideológico e/ou que votaram em Dilma Rousseff e [2] aqueles que declararam não gostar do PT e/ou se posicionaram à direita no espectro ideológico em relação a [uma] seus determinantes e [b] suas relações adesão à democracia e satisfação com o funcionamento das políticas públicas. Para tanto, é mobilizado um referencial teórico que discute a relevância do tema na atualidade, bem como aspectos históricos e conjunturais sobre os partidos políticos e sua conformação entre o eleitorado brasileiro, a fim de evidenciar o contexto que culminou na identificação do perfil sociodemográfico caracterização dos perfis de petistas posicionados à esquerda, eleitores de Dilma, anti-PT e posicionados à direita em 2014 e as relações entre esses perfis e posicionamentos quanto à adesão à democracia e satisfação com o funcionamento das políticas públicas no Brasil. Conclui-se que houve diferenças entre os perfis, portanto é incorreto tratar os perfis de cada poste como se pudessem ser generalizados.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento político; Eleições; Brasil; Democracia; Políticas públicas.

Recebido em: 06/08/2023

Aprovado em: 10/05/2024



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 Introdução

Em se tratando especificamente do Brasil, desde 2013 o cenário político nacional é de instabilidade e oscilações em indicadores que perpassam as organizações partidárias e seus papéis no nosso sistema multipartidário, sendo que uma parcela dos brasileiros tem se manifestado intolerante aos que possuem posições distintas. Nesse contexto, os protestos de 2013 iniciaram um fenômeno de generalização de eleitores por alcunhas ou estereótipos de grupos, fortalecido nos anos posteriores, que denomina como sinônimos os “petistas”, “lulistas” e “esquerdistas”, por exemplo, como aqueles que se posicionaram em favor da candidatura de Dilma Rousseff à reeleição e em defesa do ex-presidente Lula ou de pautas sociais relacionadas a direitos sociais. Estabeleceu-se fortemente a partir do pleito de 2014, com expressivo destaque também entre as eleições de 2018, a concepção de que os auto posicionados à direita seriam anti petistas – adensados em 2022 pelo “bolsonarismo” - entre eleitores com perfil mais conservador e que aceitam, ainda que parcialmente, manifestações anti democráticas, seja no campo do discurso ou das ações.

Diante desse contexto, o presente artigo é parte de uma agenda institucional de pesquisa que se dedica, a mais de uma década, a compreender o fenômeno do partidarismo no Brasil e na América Latina, cujo referencial teórico permite inferir que os laços que conectam eleitores e partidos têm sido objeto central das pesquisas de comportamento político, partidos e sistemas partidários. Indivíduos que se identificam com algum partido político normalmente se comportam de maneira distinta daqueles que não se identificam, tanto no que diz respeito ao voto quanto a outras modalidades de participação e também com relação à democracia de forma mais ampla (Dalton, 2013). Por essa razão, as pesquisas têm se preocupado em analisar esse fenômeno de modo a identificar a abrangência e a profundidade com que eleitores estabelecem vínculos com os partidos, bem como suas possíveis causas, isto é, os fatores psicológicos, sociais, políticos e econômicos que favorecem essa identificação.

Um dos principais pontos debatidos na literatura que trata de democracias neste início de século diz respeito ao desalinhamento partidário, um fenômeno relativamente global - especialmente entre democracias consolidadas - de distanciamento dos eleitorados com relação aos partidos políticos, expresso, por exemplo, pela redução de sentimentos de identificação ou percepção de que são representados por tais organizações. Estudos recentes têm demonstrado um crescente desalinhamento nos países mais desenvolvidos da América do Norte e da Europa, caracterizado, por um lado, pela volatilidade eleitoral agregada, e, por outro, pelas quedas contínuas nas taxas de identificação, no sentimento de representação, na avaliação e, principalmente, na confiança nos partidos.

Nesse sentido, Gimenes (2017) elencou aproximadamente três dezenas de pesquisas que diagnosticam o desalinhamento partidário entre democracias consolidadas, de modo que o debate mais recente estaria concentrado em identificar os potenciais efeitos desse afastamento para a democracia. O debate gira em torno de dois eixos.

Por um lado, há autores que entendem tal relação como positiva e argumentam que os eleitores estariam se tornando mais críticos, sofisticados cognitivamente e menos dependentes de atalhos

informativas e de instituições hierárquicas para definir seus posicionamentos políticos (Norris, 1999; Dalton; McAllister; Wattenberg, 2003; Inglehart; Welzel, 2009; Dalton, 2013). Sob outra perspectiva, também identifica-se o argumento de que é preciso atenção ao distanciamento dos eleitores com relação aos partidos, pois tal fenômeno poderia implicar em menor proximidade dos indivíduos com relação ao regime (especialmente dadas as condições especificadas no parágrafo anterior) e, diante de redução da adesão à democracia, o cenário poderia evoluir para quadros de instabilidade democrática (Putnam, 2002; Seligson; Booth; Gómez, 2006).

Esse debate têm avançado substancialmente nos últimos anos, especialmente diante do crescimento de vitórias eleitorais de candidatos com agendas políticas conservadoras e/ou pautadas por projetos políticos autoritários, ou relacionados à redução de indicadores de funcionamento da democracia em muitos países, como o questionamento aos direitos sociais constitucionais de participação social e liberdades de expressão, organização e manifestação e às instituições centrais ao regime – como o Poder Judiciário e os partidos políticos, por exemplo. Autores como Mason (2018), Norris e Inglehart (2018) e Dalton (2018) afirmam que se trata de uma reorganização do comportamento político de parcelas do eleitorado que têm valores alinhados com tal discurso. O caso mais emblemático mundialmente é a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos em 2016, a partir do qual Levitsky e Ziblatt (2018) sinalizaram que as democracias poderiam enfrentar riscos à persistência diante de ameaças “por dentro” do sistema, ou seja, de vitórias eleitoralmente conquistadas de modo democrático por políticos que minariam o regime, algo semelhante, em alguma medida, a casos de diferentes países na Europa e na América Latina desde meados de 2010, incluído o caso brasileiro com a vitória e governo de Jair Bolsonaro.

Em novas democracias, contudo, a discussão ainda é incipiente e se constitui em torno da verificação da existência de padrões de manifestações de enraizamento dos partidos entre o eleitorado, os quais permitiriam inferir sobre a identificação ou não do fenômeno do desalinhamento partidário em unidades nacionais onde o regime democrático ainda é recente.

Em se tratando especificamente do contexto latino-americano, cuja maioria dos países se encontra entre as democracias ainda novas (com cerca de três a quatro décadas de funcionamento), Carreras, Morgenstein e Su (2013), Albala e Vieira (2014) e Gímenes (2017) discutiram, considerando distintos conjuntos de dados, a existência de padrões de partidarismo na região e concluíram pela impossibilidade de considerar o fenômeno do desalinhamento para as unidades nacionais em conjunto, dadas suas diferentes configurações dos sistemas partidários e eleitorais, a despeito de condições sociais e econômicas relativamente semelhantes entre os países da região.

Dentre os trabalhos que discutem o desalinhamento a partir de dados de opinião pública, são poucos aqueles que se dedicaram a identificar os determinantes do enraizamento dos partidos entre o eleitorado na América Latina. Contudo, trabalhos recentes de Gímenes (2017), Casalecchi e Gímenes (2017) e de Borba *et al.* (2018) sistematizaram os indicadores individuais e estruturais do partidarismo expostos pela literatura, de modo que, para além da relevância de recursos sociais e políticos individuais,

destacou-se especialmente a importância do tempo de persistência ininterrupta democracia para a manifestação de partidarismo pelos eleitores latino-americanos.

Isto posto, dentre as diversas nuances da agenda de pesquisas no campo do comportamento político no Brasil (Borba; Cardoso, 2019) buscamos contribuir com as discussões que se dedicam a compreender aspectos do comportamento político que perpassam a conformação do voto, portanto são mais amplas do que o momento e o debate em torno do comportamento eleitoral, de modo que nosso foco nas eleições de 2014 tem como perspectiva conjuntural e analítica a compreensão sobre em que medida a generalização ou simplificação de posicionamentos dos eleitores fazia sentido segundo dados representativos de opinião pública naquele momento.

Tendo em vista a relevância do Partido dos Trabalhadores (PT) no sistema multipartidário nacional (Gímenes, 2018) e sua vitória nas eleições majoritárias de 2014, este artigo tem o objetivo de analisar as similaridades e discrepâncias entre dois polos ou conjuntos de eleitores: [1] aqueles que manifestaram gostar do PT, que se auto posicionaram à esquerda no espectro ideológico e/ou que votaram em Dilma Rousseff e [2] aqueles que declararam não gostar do PT e/ou se auto posicionaram à direita no espectro ideológico com relação a [a] seus determinantes e [b] suas relações com a adesão à democracia e a satisfação com o funcionamento de políticas públicas.

65 Em suma, esperamos responder se, por um lado, petistas, esquerdistas e eleitores de Dilma seriam um mesmo conjunto de eleitores e, por outro lado, se entre os anti petistas e posicionados à direita haveria um perfil comum, ou seja, havia distintos perfis sendo generalizados pelo senso comum de maneira equivocada ou esses blocos de eleitores seriam “farinha do mesmo saco”?

Em nossa investigação, utilizamos o banco de dados do *Comparative Study of Electoral Systems* (CSES), desenvolvido no país pelo Centro de Estudos e Opinião Pública (CESOP) como Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) referente à onda de 2014, o qual contempla amostra representativa do eleitorado nacional. Como explicitado nesta introdução, a escolha por tal base se justifica por tratar-se de período de conformação de visões estereotipadas acerca de conjuntos dos eleitores que manifestaram distintos sentimentos partidários com relação ao PT no contexto pós-manifestações de 2013 e reeleição de Dilma Rousseff combinada com composição do Legislativo dissonante da coligação, combinado com contexto de aparente polarização ideológica entre os brasileiros.

2 Partidos políticos e o eleitorado no Brasil

A trajetória do sistema partidário brasileiro é de bastante instabilidade. A inconstância na manutenção de um padrão de organização dos partidos políticos é fator relevante à discussão sobre o relacionamento entre o eleitorado e tais instituições, em especial no momento atual, em que vivenciamos a mais longa experiência democrática da história do país. Desde o marco político de abertura do sistema partidário em 1979, que representou passo importante ao fim do ciclo de governos militares e o início do processo de redemocratização, são muitos os estudos que apontam debilidades

do sistema partidário e dos partidos políticos brasileiros, como, por exemplo, o baixo grau de institucionalização das legendas (Balbachevsky, 1992; Samuels, 1997; Mainwaring, 2001), da forte presença do personalismo (Reis; Castro, 1992; Meneguello, 1995; Silveira, 1998; Reis, 2002; Rodrigues, 2002), da desconfiança do eleitorado nos partidos (Muszynski; Mendes, 1990; Kinzo, 1991; Moisés, 1993; 1995; 2005; 2010; Lagos, 1996; Moisés; Carneiro, 2008; Baquero; Linhares, 2010; Mesquita, 2013), da alta volatilidade eleitoral (Nicolau, 1998; Braga, 2006), da elevada migração partidária (Carreirão; Kinzo, 2004; Melo, 2014), da fragilidade com que partidos são criados e desaparecem (Nicolau, 1996; Mainwaring, 2001), da multiplicação de legendas (Nicolau, 1996; Carreirão; Kinzo, 2004), da ineficácia das instituições políticas brasileiras, incluídos os partidos (Ames, 2003), da persistência de clãs regionais e de famílias no poder (Schoenster, 2014), de denúncias de corrupção (Filgueiras, 2013), da relevância da avaliação dos incumbentes à definição do voto (Veiga, 2007; Braga; Pimentel Junior, 2011), da proximidade dos programas partidários da maioria das legendas à esquerda do espectro ideológico (Tarouco, 2008), da convergência das principais legendas ao centro do espectro político combinada com a redução da distinção ideológica nos últimos anos (Power; Zucco Junior, 2009) e do alto número de partidos efetivos no Legislativo nacional (Melo, 2007) – mais elevado do que as médias para a América Latina (Ames; Power, 2007; Carneiro; Moisés, 2015) e um dos maiores do mundo (Gallagher, 2023).

66

Há que se destacar ainda a complexa estrutura institucional brasileira, composta por um conjunto de regras eleitorais definidas pela fragmentação do poder diante da combinação entre presidencialismo, representação proporcional e federalismo, bem como por alianças entre partidos, o que dificulta o fortalecimento dos partidos e gera baixa representatividade e pouca diferenciação programática (Braga, 2010). Ademais, os acordos estabelecidos nas diferentes esferas em um mesmo pleito e entre partidos diversos entre uma eleição e outra contribuem para a dificuldade de diferenciação de tais instituições entre o eleitorado, assim como a recorrência de propostas apresentadas por organizações que assumem bandeiras ideológicas divergentes e o fortalecimento de partidos *catch-all* contribuem para a dificuldade dos eleitores em se afeiçoar aos partidos políticos no país (Tavares, 1994; Carreirão, 2006; Miguel; Machado, 2010; Samuels; Zucco Junior, 2012).

A despeito deste conjunto de características, desde a redemocratização até as eleições de 2014, marco temporal da análise empírica estabelecida neste artigo, os dados de opinião pública apontavam, em alguma medida, o fortalecimento dos partidos no Brasil. Tarouco (2010) escreveu que o sistema partidário brasileiro estaria razoavelmente estabilizado, enquanto Bohn e Paiva (2009) e Braga (2010) afirmavam que o mesmo encontrava-se em meio a um processo dinâmico de institucionalização. Por sua vez, Carreirão (2014) destacou a proliferação crescente de coligações ideologicamente inconsistentes nas eleições para governador, senador e deputados estaduais e federais em 1994, 1998 e 2010, quando considerada a dimensão governo/oposição.

Carneiro e Moisés (2015) corroboram a afirmação de Carreirão (2014) sobre a tendência de institucionalização do sistema partidário brasileiro, mas destacaram que este se caracterizaria por uma

dupla face: por um lado, os partidos cumpririam sua função na arena decisória, com atuação legislativa e executiva a contento; em contrapartida, as legendas encontrariam-se pouco enraizadas junto ao eleitorado, o que demonstraria a fragilidade no atendimento das expectativas dos eleitores com relação à representação. Tal constatação conferiria ao Brasil o mesmo *status* verificado por Mair (2003), que afirmou, considerado um grupo de democracias consolidadas, o declínio dos partidos junto ao eleitorado e o fortalecimento de seu diálogo com o Estado.

Para além de condicionantes estruturais da legitimação democrática por meio de partidos e do sistema partidário, a constatação era de que poucos estudos se preocuparam em “[...] olhar os partidos do prisma dos eleitores [...]” (Kinzo; Braga, 2007, p. 9). De maneira consonante, Lavareda (1991), Mainwaring e Scully (1995) e Pimentel Junior (2007) ressaltaram que o desenvolvimento do partidarismo é fundamental para a consolidação da democracia.

Em termos históricos, a declaração de identificação partidária no período democrático anterior à ditadura no Brasil (1945-1964) era de cerca de 64% e atingiu aproximadamente 70% do eleitorado durante o bipartidarismo (Lavareda, 1989; Braga; Pimentel Junior, 2011). Sobre tais percentuais, entretanto, Pereira (2014) pondera que há dois fatores que devem ser considerados quando da comparação com os valores atuais: [1] os analfabetos não participavam dos pleitos, o que significa que os indivíduos com perfil menos propenso ao desenvolvimento de sentimentos partidários não estava legalmente autorizado a votar¹; e [2] as pesquisas eram realizadas majoritariamente em capitais e áreas urbanas, o que superestimaria as taxas de identificação se consideradas as desigualdades dos contextos urbano e rural.

Após a redemocratização, a identificação partidária sofreu expressiva queda no país, com comportamento instável ao longo do tempo (Rennó, 2007). A expectativa de Kinzo (2007) de que a retomada de eleições diretas para os cargos majoritários, na década de 1980, e a experiência contínua de realização de pleitos com múltiplos partidos contribuíssem para o fortalecimento da lealdade partidária não se confirmou empiricamente: dados referentes aos anos de 1989 e 2002 apontam redução percentual mínima (1%) de partidarismo manifestado pelos brasileiros. Segundo a autora, a ausência de crescimento da identificação do eleitorado com partidos, mesmo após a realização de três eleições presidenciais, seria um sinal de priorização de candidaturas pessoais, em detrimento do estabelecimento de vínculos entre partidos e eleitores. Carreirão e Kinzo (2004) discorreram sobre o período 1989-2002 e verificaram uma média da preferência por algum partido em torno de 46,5% entre o eleitorado.

Em se tratando especificamente do período 2000-2005, Braga e Pimentel Junior (2011) afirmaram que, apesar da redução da identificação partidária em relação ao período bipartidário, na

¹ Considerado o primeiro período democrático, os eleitores correspondiam a 16% da população nacional em 1945 e a 24% em 1962 (Lima Junior, 1983). Ressalte-se que entendemos como sentimentos partidários as diversas manifestações possíveis de relacionamento do eleitorado com relação aos partidos políticos, como identificação partidária, percepção de que partidos ouvem ou representam eleitores, gostar ou não gostar de partidos (em geral ou de maneira específica), conforme sistematizado em balanço bibliográfico constante em Gimenes (2015).

primeira parte da década passada verificou-se no Brasil taxas acima da média mundial e semelhantes à democracias consolidadas, como Dinamarca, Finlândia, Grã-Bretanha, Irlanda, Noruega e Suécia. Já analisando o período entre 2002 e 2010, Veiga (2011) destacou a estabilidade na identificação partidária, em torno de 39% nos anos inicial e final, o que seria positivo e resultaria de uma recuperação na medida, uma vez que denúncias de corrupção que irromperam no país durante o período – com maior intensidade em 2005 – conduziram a uma queda generalizada dos índices de identificação partidária, que atingiram 28% em 2006, o menor percentual em todo o período pós-redemocratização. Essa redução atingiu os partidos em geral², enquanto no processo de retomada da identificação partidária o PT foi mais efetivo que as demais legendas, de modo que foi o que mais contribuiu para a retomada do percentual verificado em 2010.

Contudo, as alterações no sistema partidário e na manifestação de partidarismo no Brasil não se relacionam exclusivamente ao PT. Ainda que haja atualmente no país mais de três dezenas de legendas constituídas e que tal número se mantenha elevado ao longo do período democrático contemporâneo, apenas mais dois partidos se destacaram nacionalmente por sua organização. Em termos de identificação partidária, Carreirão e Kinzo (2004), Veiga (2011) e Samuels e Zucco Junior (2012) atribuíam aos maiores partidos brasileiros, em grande medida, a causalidade das alterações nas taxas de partidarismo nos últimos anos. Enquanto o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)³ sofreu redução acentuada no número de identificados, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o PT apresentaram crescimento, o último com grande expressão.

Sobre o PMDB, o partido foi constituído após a alteração da legislação partidária em 1979, mas suas bases remontam ao MDB, grupo opositor à ARENA e ao governo militar vigente no país anteriormente. Segundo Sadek (1989), o PMDB foi responsável pelo protagonismo da transição democrática, de modo que, nas primeiras eleições após a abertura política, o partido elegeu Tancredo Neves e José Sarney para a presidência da República e governadores em 22 unidades da federação, além da maior parte dos senadores e deputados federais e estaduais, o que lhe garantiu o controle dos Executivos e Legislativos federal e estaduais. Contudo, crises de ordem política e econômica acometeram o governo Sarney e impactaram negativamente sobre a liderança do partido no sistema partidário nacional (Lamounier, 1989). Nas eleições presidenciais seguintes, o partido obteve baixo percentual de votos e, evidenciada a ausência de lideranças partidárias na esfera nacional, tornou-se coadjuvante nas disputas majoritárias, consolidando-se como maior aliado de todos os governos federais, e mantendo seu expressivo desempenho nas eleições parlamentares e para os Executivos estaduais e municipais (Cortez, 2009; Melo; Câmara, 2012). Ainda assim, o partido goza de expressivo desempenho para cargos legislativos (Couto; Abrucio; Teixeira, 2013), esteve presente em mais de 90% das coligações a candidaturas para prefeituras desde 2000 (Zucco Junior, 2014) e conta com filiados e

² Conflitos e escândalos políticos também influenciam o partidarismo em democracias consolidadas, como apontado em Green, Palmquist e Schickler (2002) e Dalton, McAllister e Wattenberg (2003).

³ Atualmente denominado MDB.

estruturas institucionais (diretórios ou comissões provisórias) em praticamente todos os municípios brasileiros (Braga; Rodrigues-Silveira, 2012).

Os resultados das últimas eleições confirmam a importância da legenda: no pleito de 2020 o partido obteve o melhor desempenho no conjunto de vitoriosos aos cargos de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores no Brasil, confirmando a manutenção de seu *status* enquanto legenda com maior espriamento no país e protagonismo na política subnacional, ao passo que em 2022 destacou-se tanto como um dos 12 (dentre 28) partidos que atingiu cláusula de desempenho para continuar recebendo recursos do Fundo Partidário e terem direito a tempo de propaganda em rádio e televisão durante os próximos quatro anos quanto pela magnitude quantitativa e qualitativa da candidatura de Simone Tebet à presidência, que atingiu a terceira colocação no primeiro turno e, por seu destaque e atuação na campanha de Lula no segundo turno, é atualmente ministra do Planejamento e Orçamento do Brasil, sendo que o MDB ocupa ainda outros dois ministérios no governo Lula, iniciado em 2023.

Entretanto, em termos nacionais, a literatura sobre comportamento político, comportamento eleitoral e sistemas partidários no Brasil confere especial atenção a outros dois partidos no período desde a redemocratização até as eleições presidenciais de 2014, uma vez que desde 1994 houve sete eleições consecutivas de disputa eleitoral polarizada entre PT e PSDB, únicos partidos a apresentar candidatos em todos os pleitos majoritários desde 1989 e que concentraram ao menos dois terços dos votos válidos nas seis eleições realizadas no período 1994-2014.

69

Enquanto o PSDB surgiu como dissidência do PMDB durante o processo de elaboração da Carta Magna (Kinzo, 1990), o PT foi fundado como “novidade” no sistema partidário nacional por sua constituição em bases sindicais, de movimentos sociais e relacionados à igreja católica (Keck, 1992). Aliados na defesa do Estado de direitos, de liberdades democráticas contra o arrocho salarial e por eleições diretas para presidente, entre outras bandeiras, o primeiro sinal de distanciamento se deu quando do restabelecimento do voto direto na disputa majoritária, quando ambos lançaram candidatos (Lula, pelo PT, e Mário Covas, pelo PSDB). Ainda que o PSDB tenha apoiado o PT no segundo turno da disputa em 1989, ambas as legendas passaram a buscar outros parceiros (Anastasia; Nunes; Meira, 2010).

Diante de tais considerações, o quadro teórico referente ao período democrático até o pleito presidencial de 2014 evidenciava que o sistema partidário brasileiro possuía três partidos fortes com relação à principal disputa eleitoral nacional, em que dois polarizaram as disputas presidenciais (PT e PSDB) e o terceiro se destacava nos níveis subnacionais (PMDB). Além disso, o eleitorado tinha dificuldades em se identificar com a maior parte das organizações partidárias, tanto por conta do elevado número de partidos existentes quanto pelas diversas coligações e coalizões estabelecidas pelas legendas e a recorrência de apresentação de propostas semelhantes.

Até 2014, cabe destacar, PT e PSDB adotaram diferentes perspectivas em suas candidaturas à presidência: enquanto o PT lançou Lula como candidato em 1989, 1994 e 1998 atingindo o segundo lugar nesses pleitos e depois venceu as disputas com o mesmo em 2002 e 2006 e teve nele o principal

apoiador de Dilma Rousseff (que foi ministra de Minas e Energia entre 2003 e 2005 e Ministra Chefe da Casa Civil entre 2005 e 2010), o PSDB não manteve nenhum candidato em eleições consecutivas desde as vitórias de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998, tendo lançado José Serra em 2002 e 2010, Geraldo Alckmin em 2006 e Aécio Neves em 2014.

Ainda assim, o marco temporal de 2014 se revela pertinente por ter sido o último período eleitoral em que dois partidos disputaram eleições majoritárias com perfil determinado em termos de polarização, uma vez que em 2018 o debate girou em torno de termos como “petismo” e “anti petismo” e em 2022 o pleito teve como parâmetros “petismo” e “bolsonarismo”. Tal contexto justifica a análise de dados daquela eleição – mesmo quase uma década após sua realização – por oferecer subsídios a interpretações relacionadas ao único partido que se mantém entre os dois principais postulantes à presidência nos diferentes pleitos desde 1989, a despeito da oposição girar em torno de distintos concorrentes e/ou narrativas em 2014, 2018 e 2022, já que Bolsonaro concorreu por diferentes partidos e em 2018 havia contrários ao PT que buscavam uma alternativa diferente àquela que o partido e o PSDB apresentavam e nas últimas eleições havia apoiadores do então presidente, independentemente de estrutura partidária (Rennó, 2022). Como apontou Singer (2000) antes mesmo da primeira vitória de Lula, o PT estruturaria o sistema partidário brasileiro de modo que as demais legendas pautariam seus posicionamentos a partir daquilo que o partido apresentava, seja mais à esquerda, ao centro ou à direita, condição que persiste e determinou, em alguma medida, as narrativas das eleições presidenciais nacionais até hoje.

Entretanto, cabe destacar que as manifestações de junho e julho de 2013 iniciaram um processo de reconfiguração das relações dos eleitores com os partidos no Brasil. Naquele período, assistimos a protestos que foram iniciados pelo Movimento Passe Livre (MPL) com pautas por redução ou manutenção dos valores de tarifas de transporte coletivo e pela defesa do direito da população à cidade se transformarem rapidamente em espaços para negação da política institucional e de crítica aos partidos e aos políticos, em parte de maneira generalizada, mas também com parcela direcionada especificamente ao PT. Conforme Abreu e Allegretti (2016), desde então os movimentos de direita passaram a ocupar as ruas - fazendo uso de repertório historicamente mobilizado pela esquerda - e estabeleceu-se um clima de rivalidade entre aqueles que defendiam pautas sociais e os governos petistas, de um lado, e seus críticos, de modo genérico, de outro.

Desde 2013, de maneira expressiva, assistimos à polarização das manifestações, dos discursos e dos posicionamentos manifestados pelos brasileiros por conta da segregação política entre grupos (Fiorina; Abrams, 2008; Medeiros; Noël, 2014; Hill; Tausanovitch, 2015) e a Ciência Política tem discutido temas como anti partidarismo, anti petismo e intolerância política (Zucco; Samuels, 2015; Paiva; Krause; Lameirão, 2016; Ribeiro; Carreirão; Borba, 2016; Borges; Vidigal, 2018; Ribeiro *et al.* 2018; Ribeiro; Fuks, 2019; Ribeiro; Borba, 2019).

Em 2014, apesar da reeleição da presidenta Dilma Rousseff, o Legislativo foi composto majoritariamente por integrantes de partidos que não compunham a base da coalizão, o que coadunou

com o processo de *impeachment* iniciado em 2015 e concluído em 2016, cujas manifestações novamente dividiram a população. Os avanços da Operação Lava Jato, a prisão de Lula e a disputa presidencial de 2018 acirraram ainda mais os ânimos, sendo que nas ruas, nos debates políticos, nas redes sociais e nas urnas evidenciou-se a polarização entre “petistas”, “lulistas”, “esquerdistas”, “mortadelas” e “comunistas”, “Vai pra Cuba!” *versus* “coxinhas”, “golpistas” e “conspiradores”, conforme termos utilizados pelos próprios grupos, de maneira generalizada, para definir os opostos.

As eleições de 2014, portanto, ocorreram em meio às alterações no comportamento político de parte da população nacional, especialmente aquela anteriormente pertencente à “direita envergonhada” conceituada por Pierucci (1987, p. 13), que abandonou o receio de manifestar suas posições conservadoras, algumas até mesmo autoritárias e antidemocráticas (Maciel; Alarcon; Gimenes, 2017), e conformou o fenômeno de reativação da direita no Brasil (Singer; 2021), que culminaria na eleição de Bolsonaro no pleito seguinte (2018) com sua postura radical bem definida.

Nesse sentido, a eleição de Jair Bolsonaro por um partido nanico, o Partido Social Liberal (PSL), em 2018 e seu desempenho eleitoral em 2022 pelo Partido Liberal (PL) reforçam o argumento de que o sistema partidário não está em vias de institucionalização como esperavam os mais otimistas, já que não foram somente os programas políticos das legendas que determinaram o resultado eleitoral, mas também o discurso conservador de um político que concentrou votos de maneira personalista (a despeito do partido pelo qual concorreu, desconhecido por muitos de seus apoiadores) e a rejeição às pautas e ao ideário socialmente relacionado ao PT.

Como mencionado anteriormente, um foco de atenção recente das pesquisas nacionais sobre partidarismo é o anti petismo, um lado da moeda (os anti petistas), nos parece relevante abordar a outra face dessa polarização, ou seja, tratar daqueles que manifestam algum tipo de vínculo ou sentimento “positivo” pelo PT, especialmente com vistas a compreender as similaridades e discrepâncias entre esses indivíduos que são tratados por seus opositores como homogêneos, como “farinha do mesmo saco”, utilizando termo de senso comum no Brasil para designar indivíduos semelhantes, sem distinção.

3 Sentimentos partidários, ideologia e simplificações entre o/do eleitorado nacional em 2014

Neste artigo, expomos dados descritivos decorrentes da recodificação de variáveis e resultados de modelos de regressão que nos permitiram compreender como cinco perfis se comportam com relação à caracterização sociodemográfica e atitudinal divididos em dois blocos: [1a] eleitores que se identificam com PT, [2a] auto posicionados à esquerda e [3a] que votaram em Dilma Rousseff no 2º turno das eleições presidenciais de 2014 *versus* [1b] eleitores que não gostam do PT e [2b] auto posicionados à direita.

Em se tratando dos dados descritivos de nossas variáveis dependentes, com relação à variável sobre “petismo”, cabe destacar que o questionário do ESEB 2014 apresenta diferentes questões que

tratam da relação dos eleitores com partidos. Há uma bateria de perguntas sobre [a] gostar de alguns partidos, de maneira específica, [b] pergunta sobre se sentir representado por alguma legenda, [c1] se há um partido de que goste mais, [c2] com que intensidade e [c3] que partido seria. Para nossa discussão, interessa a última variável (c3), uma vez que a primeira questão (a) é estimulada e o respondente poderia declarar gostar em igual medida de muitas legendas, a segunda questão (b) não permite saber qual partido o indivíduo entende que o representa, a terceira (c1) é complementada pela quinta (que analisamos) e a quarta (c2) refere-se a um aspecto (intensidade) que não é considerado por aqueles que generalizam o perfil dos “petistas”. Para nossas análises, consideramos petistas aqueles que declararam espontaneamente gostar do partido e como não petistas os demais respondentes – tanto que manifestaram gostar de outro partido quanto que não manifestaram nenhum partido de preferência.

Para o voto em Dilma Rousseff consideramos as respostas sobre quem os eleitores escolheram no 2º turno das eleições presidenciais de 2014, quando a candidata à reeleição pelo PT enfrentou Aécio Neves, do PSDB. Binarizamos as respostas separando os votos na mandatária *versus* outros votos (em Aécio, brancos e nulos).

Com relação ao posicionamento ideológico do eleitorado, há ampla discussão no âmbito nacional sobre a pertinência de tomarmos tal indicador como adequado às análises sobre o comportamento político do eleitorado. Desde Singer (2000) e Carreirão (2002), diversos autores têm desenvolvido pesquisas a partir dos diferentes argumentos propostos pelos autores: para o primeiro, a ideologia seria definidora do voto e de comportamentos, mesmo sendo difusa, ou seja, sem que os indivíduos tivessem noção detalhada do que significa cada posição; para o segundo, os eleitores têm dificuldade para posicionar-se ideologicamente, especialmente os menos escolarizados. Ante ao objetivo deste artigo, não cabe uma discussão ampliada sobre ideologia, de modo que consideramos os resultados de pesquisa recente dedicada à discussão, na qual Silva (2017) identificou que o posicionamento ideológico tem caráter multidimensional, sendo o indicador uma das maneiras do indivíduo se localizar ante as perspectivas políticas que se colocam.

Em termos metodológicos e empíricos, não há padronização na construção de variáveis destinadas à identificação de auto posicionamento ideológico dos indivíduos em questionários de pesquisas de opinião pública, sendo recorrentes enunciados semelhantes ao utilizado pelo ESEB (2014), qual seja: “Novamente pensando em esquerda e direita na política, como o(a) sr(a) se considera? Zero significa que o(a) sr(a) é de esquerda e 10 que o(a) sr(a) é de direita”. Em alguns questionários, essa escala tem sete pontos (1 a 7), oito pontos (0 a 7), dez pontos (1 a 10) ou onze pontos (0 a 10), contudo o sentido persiste, inclusive pela representação visual da escala, sempre com menor número remetendo ao posicionamento extremo à esquerda e o maior número como posicionamento extremo à direita.

Também em se tratando de recodificação das variáveis não há padrão, o que significa que diferentes pesquisadores organizam suas análises com distintos agrupamentos de pontos das escalas

como pertencentes a cada posicionamento. Neste artigo, recodificamos a escala de 11 pontos do ESEB 2014 entre esquerda (0-3), centro (4-6) e direita (7-10).

Por fim, com relação ao anti petismo, no ESEB 2014 havia uma questão com a seguinte redação: “Agora gostaria de saber com mais detalhes o que o(a) sr(a) pensa sobre alguns partidos políticos. Por favor, para cada partido que eu citar, gostaria que atribuísse uma nota de 0 a 10, sendo que zero significa que o(a) sr(a) não gosta de jeito nenhum do partido e 10 que o(a) sr(a) gosta muito”. Consideramos como anti petismo as manifestações entre 0 e 3 na escala de respostas à menção ao PT.

Tabela 1 - Recorrência dos perfis de eleitores (2014)

Perfil	%	n
Petista	18,1	452
Esquerda	7,9	192
Voto em Dilma 1º turno	43,5	1.078
Voto em Dilma 2º turno	49,7	1.234
Antipetista	33,6	811
À direita	28,4	688

Fonte: ESEB (2014).

73

Com relação aos resultados da tabela 1⁴, cabe primeiramente explicitar que a maioria dos brasileiros não apontou um partido do qual gostava em 2014 (68,2%), o que significa que apenas 31,8% responderam gostar de algum partido no Brasil naquele ano, ou seja, menos de um terço dos brasileiros declararam haver um partido preferido. Dentre esse grupo, a maioria demonstrou direcionar tal sentimento positivo ao PT (56,6%), enquanto cerca de quatro entre cada dez brasileiros que gostam de legendas têm tal sentimento por alguma outra legenda (43,4%).

Sobre este primeiro resultado cabem dois apontamentos. Primeiramente, os dados permitem-nos inferir que mesmo após as manifestações de 2013 a aproximação dos eleitores com relação aos partidos não sofreu alterações expressivas em 2014, já que persistiram tanto o percentual global em torno de 30% identificado historicamente pela literatura quanto a sua concentração majoritariamente direcionada ao PT. Em segundo lugar, salienta-se que a ausência de partidarismo não é informação menor ou menos relevante ao campo de estudos sobre o tema, tanto que há autores que discutem esta temática de maneira intensa, conforme destacado desde a introdução deste artigo. Contudo, tal

⁴ Neste artigo, assumimos a perspectiva de estabelecimento de tipologias aos moldes da clássica interpretação de Weber (2012) acerca dos modos de orientação da ação social, recorrente nos estudos de cultura política e comportamento político, desde Almond e Verba (1963), Campbell *et al* (1960) e Converse (1964), por exemplo, até Norris (2007) e Dalton (2013), dentre outros pesquisadores contemporâneos. Isto posto, reconhecemos que eleitores que manifestam quaisquer das características que tomamos como definidoras dos perfis podem, também e concomitantemente, manifestar outras características e, portanto, comporem outros perfis, mas nosso foco está na identificação de ausência/presença de cada característica isoladamente na análise, ainda inédita no âmbito nacional e, portanto, justificável à agenda de pesquisas sobre a temática.

contingente da amostra não nos interessa nesta análise pelo fato de que queremos explorar se os que gostam do PT destoam dos que não declararam gostar da legenda.

Com relação ao auto posicionamento ideológico, o resultado demonstra o baixo percentual de eleitores que se posicionavam à esquerda no espectro ideológico (13,7% dos auto posicionados) e a expressiva representatividade da direita entre quase um terço dos que apontaram posição da escala (28,4%) - não mais envergonhada (Pierucci, 1987; Maciel; Alarcon; Gimenes, 2017) – desde uma eleição antes daquela de 2018, em que houve a vitória de candidato conservador, com pensamento radical e projeto político com nuances autoritárias. No entanto, cerca de 44% dos brasileiros não souberam se posicionar ou não responderam à questão, o que denota sua dificuldade em compreender e se aproximar da política e o quanto o termo “esquerdista”, mais recorrente naquele contexto de 2014, poderia ser vazio de significado para muitos queo utilizam.

Sobre o voto, incluímos na Tabela 1 os resultados do 1º e do 2º turno daquela eleição para fins descritivos. De modo geral, os percentuais identificados entre a amostra representativa da população nacional se aproximam daquele identificado nas urnas, já que a presidente reeleita atingiu 41,59% e 51,64% dos votos válidos no 1º e 2º turnos, respectivamente.

Por fim, o sentimento negativo direcionado ao PT, mensurado pelos posicionamentos no ponto extremo da escala em que 0 significava “não gosto de jeito nenhum” e próximos a ele (1 a 3) demonstrou que o anti petismo era manifestado por cerca de um terço dos brasileiros. Trata-se de um percentual relevante, especialmente à luz de argumentos de autores como Rose e Mishler (1998), Medeiros e Noël (2014) e Zucco Junior e Samuels (2015), que o anti partidarismo é aspecto relevante à estruturação do comportamento eleitoral e do comportamento político dos indivíduos. Entre os brasileiros, destaque-se que Samuels e Zucco Junior (2015), Ribeiro, Carreirão e Borba (2016) e Gimenes (2018) já apontaram que o anti petismo influenciaria posicionamentos dos eleitores que avaliam negativamente o PT em contraposição à maneira como o petismo teria impacto entre outro contingente de brasileiros.

Isto posto, para os testes realizados neste artigo temos cinco variáveis centrais, cujas análises se dividem em três momentos. No primeiro momento, identificamos os preditores de cada perfil, dividindo-os em dois blocos para efeito de comparações: um entre petistas, à esquerda e eleitores de Dilma (2º turno) e outro entre anti petistas e à direita. No segundo momento, utilizamos tais perfis como preditores em modelos nos quais buscamos compreender como cada perfil avaliava o funcionamento de políticas públicas específicas.

No primeiro bloco de modelos, estabelecemos um conjunto de preditores sociodemográficos e atitudinais composto pelas seguintes variáveis: sexo, idade, escolaridade, interesse por política, participação em sindicatos e frequência de participação em organizações religiosas.

Como justificativas para essa seleção, iniciemos pelas variáveis sociodemográficas. Para sexo, consideramos 0 para feminino e 1 para masculino por conta da sub representação feminina na política em geral (Norris, 2004; 2011; Heidar, 2006; Van Biezen; Mair; Poguntke, 2012), enquanto tomamos

idade e escolaridade como contínuas, sendo a primeira considerando as distintas experiências vivenciadas pelos indivíduos ao longo de sua vida (Kinder, 2006) e sua importância à socialização política dos indivíduos (Converse, 1969) e a por conta da relação entre desenvolvimento cognitivo e capacidade de decodificação da política (Converse, 1969; Verba; Schlozman; Brady, 1995; Dalton, 2013).

Descritivamente, os dados demonstram que as mulheres constituem a maioria do eleitorado nacional (52,3%) e que a maior parcela dos eleitores está na fase adulta (56,6%), ao passo que 47,7% possuem no máximo o Ensino Fundamental completo, 35% completaram o Ensino Médio e somente 17,3% desenvolveram estudos posteriores (ensino técnico, graduação ou pós-graduação).

Com relação à sofisticação política da população, a manifestação de interesse por política é relevante por remeter à sofisticação política de indivíduos ativos no campo da política (Dahl, 1997; Dalton, 2013), ao que identificamos que apenas 30,6% dos brasileiros declara-se interessado ou muito interessado pelo tema.

Sobre participação social, consideramos que as raízes do PT estão sedimentadas no engajamento de grupos como movimentos sociais, estudantis, sindicais e vinculados à Igreja Católica, como as comunidades eclesiais de base (CEBs) e a Teologia da Libertação (Sader, 1988; Meneguello, 1989; Keck, 1992). Dados os limites do questionário, identificamos que 9,4% dos brasileiros declarou-se filiado a sindicatos, ao passo que 66,3% declarou frequentar alguma igreja, em que nos apoiamos no argumento de Dolezal (2022) de que a frequência a cerimônias religiosas estaria relacionada a aceitar normas, portanto seria relacionado, em alguma medida, com conservadorismo. Ainda que não desconsideremos o crescimento da participação de segmentos evangélicos na política, não segmentamos a última variável, mantendo-a como binária separando os respondentes entre aqueles com frequência regular até semanal dos demais.

Os resultados dos modelos de regressão para identificação dos perfis são apresentados na Tabela 2. Seus resultados devem ser analisados em duas etapas: primeiramente, considerando os efeitos de cada característica sobre a conformação de cada tipo de eleitor; segundo, dividindo os modelos em dois conjuntos, conforme as simplificações existentes no senso comum, de modo que buscamos identificar a existência de semelhanças entre [I] petistas, posicionados à esquerda e eleitores que votaram em Dilma no 2º turno das eleições de 2014 e [II] anti petistas e auto posicionados à direita. Preliminarmente, destacamos que para o conjunto dos cinco modelos foram identificados efeitos das variáveis preditoras entre um e quatro regressões, o que denota a pertinência das variáveis escolhidas.

Tabela 2 - Determinantes dos perfis de eleitores (2014)

Perfis - Exp(B)	Petismo	Esquerda	Dilma2	Antipetismo	Direita
Sexo	1,101	1,546*	,860	1,065	1,328*
Idade	,995	1,012*	,991*	1,004	1,002
Escolaridade	,834***	1,161***	,868***	1,171***	1,038
Interesse por política	1,474***	1,219*	1,150*	,862*	1,370***
Participação em sindicato	1,235	,145	1,024	1,053	1,357*
Frequência religiosa	1,011	,731*	,984	1,008	,990
Constant	,243***	,015***	2,256***	,270***	,129***

Fonte: ESEB (2014).

Com relação aos perfis, os brasileiros que declararam gostar do PT em 2014 se caracterizavam por apenas dois preditores, demonstrando ambiguidade em termos de sofisticação política, uma vez que tais eram menos escolarizados do que os demais eleitores, mas manifestavam maior interesse por política.

Com relação aos autopoicionados à esquerda no espectro ideológico, homens tinham propensão a tal posicionamento, enquanto elevações na idade, no nível de escolarização e na manifestação de interesse por política também impactavam em posicionamentos mais à esquerda. Por fim, posicionados à esquerda não possuem ou têm envolvimento menos frequente com organizações religiosas.

Já o perfil de eleitores de Dilma em 2014 teve como determinantes a associação com menores idade e escolaridade, bem como relação com elevação no interesse manifestado por política.

Comparando os efeitos encontrados para este primeiro conjunto de perfis, foi possível constatar que se trata predominantemente de distintos grupos de eleitores, uma vez que houve poucos efeitos recorrentes em termos de significância e apenas interesse por política apresentou direção positiva de intensidade para os três perfis. Em outras palavras, temos que as características que predominantemente se associam aos três tipos de eleitores são distintas.

Avançando aos dois últimos modelos da Tabela 2, identificamos que os anti petistas tinham maior escolarização do que os que não manifestavam sentimentos negativos com relação ao partido, bem como demonstraram menor interesse por política, o que denota resultado ambíguo em termos de refinamento cognitivo.

Já com o posicionamento à direita se relacionam o sexo masculino, maior nível de interesse por política e a participação em sindicatos, sendo tal associação um indício de que a reativação da direita pontuada por Singer (2021) avançou a outras modalidades de ação política após 2013, quando protestos e manifestações tomaram as ruas do país.

Comparando os efeitos identificados para o segundo conjunto de modelos expostos na Tabela 2, verificamos apenas um efeito significativo para os perfis, porém com sentido inverso, o que denota também tratarmos de grupos com perfis que se relacionam predominantemente com determinantes distintos.

Avançando à identificação dos impactos desses distintos perfis sobre o comportamento político dos brasileiros, apresentamos dois conjuntos de variáveis cuja discussão tem relação. Primeiro, tomamos como norteadora a definição de Easton (1975) sobre as medidas de apoio difuso e específico à democracia, para o que selecionamos a variável clássica churchilliana de que a democracia pode ter problemas, mas é melhor do outras alternativas de regimes políticos e uma medida de satisfação com o funcionamento do regime, respectivamente.

Os dados do ESEB de 2014 apontaram que 77,9% dos brasileiros entendiam que a democracia é sempre a melhor forma de governo, independentemente de seus problemas, ao passo que apenas 40,7% declararam estar satisfeitos ou muito satisfeitos com o funcionamento do regime no país naquele período, imediatamente posterior às eleições.

Na Tabela 3 apresentamos especificamente os resultados referentes aos efeitos dos perfis sobre cada uma das medidas de adesão ao regime, que tomamos como variáveis dependentes. Para além dessas variáveis independentes que tomamos como explicativas para nosso estudo (os perfis), todos os modelos foram compostos também por variáveis de controle, que são aquelas apresentadas na Tabela 2 e cujos efeitos se mantiveram semelhantes (em termos de significância, sentido e intensidade) quando testamos: I. Modelos sem perfis; e II. Modelos com perfis.

77

Tabela 3 - Impacto dos perfis de eleitores sobre a adesão à democracia (2014)

Perfil	Adesão normativa (Churchilliana)	Satisfação com a democracia
Petismo	5,503***	4,459***
Esquerdismo	,079**	,022
Dilma 2	,058*	,163***
Antipetismo	-,035	-,156***
Direita	-,050*	-,014

Fonte: ESEB (2014).

Logo após a recondução de Dilma Rousseff à presidência da república para um segundo mandato, verificamos na Tabela 3 que petistas apoiavam expressivamente o regime democrático no Brasil, em comparação com aqueles que não declararam espontaneamente gostar do partido. Isso significa que no fim de 2014 ser petista implicava manifestar-se fortemente favorável ao regime democrático como melhor forma de organização política do governo no país e também estar muitíssimo satisfeito com a maneira como nossa democracia estava funcionando. Tal efeito é importante *per se*, contudo ganha ainda mais relevância se comparado com o terceiro perfil exposto, de eleitores de Dilma, cujos efeitos existem, mas são bem menores. Já eleitores de esquerda defendem a persistência do regime ainda que não se diferenciasssem dos demais quanto à avaliação de seu funcionamento.

Dentre os outros perfis, os resultados são dissonantes entre si, com apenas um efeito para cada: eleitores anti petistas declaravam-se insatisfeitos com o funcionamento do regime, em reação esperada

ante à vitória eleitoral do PT, ao passo que eleitores de direita entendiam que a democracia não era a melhor forma de governo, de modo que já se mostravam pendentes a alternativas políticas diferentes, como o autoritarismo que ganharia força nas ruas e nas ruas até 2018.

Para além deste segundo conjunto de resultados, que reforça a existência de diferenciação entre os perfis de eleitores, avançamos no sentido de identificar a existência de efeitos de cada um desses perfis sobre as avaliações estabelecidas pelos eleitores com relação ao funcionamento de políticas sociais específicas no Brasil em 2014. A redação da questão do ESEB era “Vou citar algumas políticas e gostaria que o(a) sr.(a) utilizasse essa escala para me dizer o quanto está satisfeito com cada uma delas. Que nota de 0 a 10 você dá para sua satisfação em relação a(o)/as(os) [...]” e selecionamos [a] acesso aos serviços de atendimento médico, [b] controle da criminalidade, [c] diminuição das desigualdades sociais, [d] qualidade do ensino público e [e] diminuição do desemprego.

Em se tratando das respostas, a média de satisfação com as cinco políticas foi baixa: 2,18 para controle da criminalidade (menor entre um conjunto de treze variáveis presentes no ESEB 2014), 2,63 para acesso aos serviços de atendimento médico, 3,07 para diminuição das desigualdades sociais, 3,42 para diminuição do desemprego e 3,65 para qualidade do ensino público.

Novamente, para cada uma das políticas sociais avaliadas, construímos modelos de regressão em que havia um perfil como variável preditora e todas as características constantes nos modelos anteriores (Tabela 2) como variáveis de controle, assim como previamente rodamos modelos sem os perfis, cujos resultados dos modelos completos não afetou significância, sentido e intensidade dos resultados.

78

Tabela 4 - Impacto dos perfis de eleitores sobre a satisfação com políticas sociais (2014)

Perfil	Tratamentos de saúde	Redução da criminalidade	Redução das desigualdades	Qualidade da educação pública	Redução do desemprego
Petismo	,056*	-,003	,048*	,126***	,087***
Esquerdismo	,029	-,004	,025	-,025	,025
Dilma 2	,082***	,081***	,110***	,121***	,091***
Antipetismo	-,163***	-,147***	-,148***	-,186***	-,140***
Direita	,019	,033	,058*	,071**	,042*

Fonte: ESEB (2014).

Em se tratando dos resultados, petistas estavam estatisticamente satisfeitos do que os que não declararam gostar do PT com relação a quatro das cinco políticas testadas: tratamentos de saúde, redução de desigualdades, qualidade da educação pública e enfrentamento ao desemprego. O auto posicionamento político à esquerda não impactou a avaliação de nenhuma política, o que demonstrou que tal posição não teria impacto conjuntural imediato. Já os eleitores de Dilma no 2º turno manifestaram maior satisfação com todas as cinco políticas sociais, quando comparados com quem não votou na presidenta reeleita naquele ano, apresentando relações com intensidade semelhante aos

petistas para tratamentos de saúde, qualidade da educação pública e enfrentamento ao desemprego, intensidade maior (mais do que o dobro) para redução de desigualdades e efeito para redução da criminalidade.

Com relação aos demais perfis, os anti petistas avaliaram mal todas as cinco políticas sociais testadas, o que demonstra o impacto do sentimento negativo com relação ao PT sobre a cultura política dos brasileiros, assim como propunha a literatura política nacional destacada no quadro teórico deste manuscrito. Já os auto posicionados à direita manifestaram satisfação com três das cinco políticas sociais testadas, o que denota posicionamento não crítico ao seu funcionamento e suscita indícios de que indivíduos com capacidade de auto posicionamento no espectro ideológico podem ter maior sofisticação para avaliar políticas e manifestar opiniões.

Comparando os efeitos dos perfis por blocos, temos que petistas e eleitores que votaram em Dilma são parcialmente parecidos, mas, por outro lado, temos a completa diferenciação com relação aos auto posicionados à esquerda.

Entre o outro bloco de perfis, os efeitos reiteram como antipetistas e autoposicionados à direita são diferentes, já que os sentidos dos efeitos são contrários: quando significativos, antipetistas avaliaram mal as políticas sociais, enquanto posicionados à direita fizeram-no positivamente.

79

4 Das considerações sobre “petistas” e “esquerdistas” à agenda de pesquisa sobre partidarismo no Brasil

Neste artigo, buscamos explorar empiricamente uma vertente dos estudos de comportamento político ainda incipiente em termos de análises sobre o partidarismo no Brasil: as relações estabelecidas por parcelas do eleitorado com um partido específico, definidas a partir da generalização por opositores políticos no âmbito da polarização e da intolerância político-partidária que cresce no Brasil desde meados de 2013.

Como exposto, há no imaginário de parte dos brasileiros a ideia de que eleitores que simpatizam com o PT e se adotam posições políticas mais progressistas são “farinha do mesmo saco”, afinal tratam por “petistas”, “esquerdistas” e alguns outros termos grupos que não necessariamente convergem em se tratando de caracterização de seus perfis e suas atitudes, valores e comportamentos políticos. Em contrapartida, já em 2014 havia também o sentimento de anti petismo presente e uma perspectiva de que estaria relacionado com o posicionamento conservador à direita.

Por meio de análises descritivas e multivariadas de dados representativos de amostra da população brasileira referentes ao período eleitoral de 2014, identificamos expressivas distinções, por um lado, entre aqueles que manifestaram gostar do PT, os que se posicionam mais à esquerda no espectro ideológico e que votaram em Dilma Rousseff no 2º turno daquele pleito presidencial e, por outro lado, entre os que manifestaram não gostar do PT e os auto posicionados mais à direita. Considerando os desdobramentos do pleito de 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro e o fortalecimento

da direita e do anti petismo no Brasil, nossos resultados podem contribuir ao estabelecimento de uma agenda de pesquisas sobre o tema.

Em segundo lugar, identificamos outra possível discussão a respeito dos resultados que carecem de aprofundamento: o eleitorado brasileiro é estatista, independentemente de seu posicionamento ideológico, o que coaduna com a dificuldade de se pensar a congruência política no Brasil. Como destacado anteriormente, o fato do sentimento positivo pelo PT estar relacionado ao voto elucida esse argumento, ao mesmo tempo em que, para as eleições presidenciais de 2014, matizaram o não enraizamento social dos partidos, o que se acentuou em 2018 com um resultado eleitoral que demonstrou que os laços valorativos, apesar de serem importante medida de mensuração do partidarismo, não estão estruturados no Brasil. É preciso, nesse sentido, considerar-se em estudos futuros tanto medidas para verificação de posicionamentos ideológicos quanto sua multifacetude.

É salutar destacarmos que essas duas principais conclusões não encerram o debate sobre o assunto, mas ao contrário, lançam luz sobre possibilidades analíticas diversas que devem ampliar tal agenda de pesquisas no Brasil, uma vez que o campo do comportamento político nacional carece de explicações, por exemplo, sobre como um fenômeno personalista sem partido expressivo alcançou a vitória eleitoral em 2018 e se colocou como postulante eleitoralmente viável e próximo da vitória em 2022, competindo com o único partido que tem se mantido enraizado entre o eleitorado nacional desde o princípio do processo de redemocratização.

Isso significa, portanto, que esta análise sobre “petismo” e “esquerdismo” nas eleições de 2014 se coloca como ponto inicial para avançar em investigações que tratem de maneira dialógica também medidas de “anti petismo”, “conservadorismo”, “bolsonarismo” e outras vertentes teórico-analíticas que têm se desenvolvido em democracias consolidadas e começam a ser testadas entre democracias mais jovens, como os debates sobre identidades partidárias e clivagens.

5 Referências

ABREU, J. M.; ALLEGRETTI, G. Comportamento político violento e avanço global da direita. **Crítica e Sociedade**, v. 6, n. 2, p. 88-121, 2016.

ALBALA, A. VIEIRA, S. M. ¿Crisis de los partidos en América Latina? El papel de los partidos políticos latinoamericanos en el escenario reciente. **Política – Revista de Ciência Política**, v. 52, n. 1, p. 145-170, 2014.

ALMOND, Gabriel A., VERBA, Sidney. **The civic culture**. Political attitudes and democracy in five nations. Newbury Park: Sage, 1989.

AMES, B. **Os entraves na democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

AMES, B.; POWER, T. J. Parties and governability in Brazil. In: WEBB, P.; WHITE, S. **Party politics in new democracies**. New York: Oxford University, p. 179-212, 2007.

ANASTASIA, F.; NUNES, F.; MEIRA, J. F. A margem do meio da política: as coligações entre PT e PSDB em eleições majoritárias. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, p. 245-273, 2010.

BALBACHEVSKY, E. Identidade partidária e instituições políticas no Brasil. **Lua Nova**, n. 26, p. 133-165, 1992.

BAQUERO, M., LINHARES, B. de F. Democracia, desigualdades, capital social e cultura política no Brasil. In: Seminário Nacional/Seminário Internacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia; 3./1., 2010, Florianópolis. **Anais**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, p. 797-809, 2010.

81

BOHN, S.; PAIVA, D. A volatilidade eleitoral nos estados: sistema partidário e democracia no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v.17, n.33, p. 187-208, 2009.

BORBA, J.; RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; GIMENES, É. R. Determinantes individuais e de contexto da simpatia partidária na América Latina. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 33, n. 97, p. 1-24, 2018.

BORBA, J.; CARDOSO, G. R. Os estudos de comportamento político na Ciência Política brasileira: caracterização do campo, apontamentos sobre a literatura e trabalhos de referência. In: BOLOGNESI, B.; SILVA, G. P. da. **Ciências Sociais hoje: Ciência Política**. São Paulo: Zeppelini Publishers, p. 13-44, 2020.

BORGES, A.; VIDIGAL, R. Do lulismo ao antipetismo? Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, n. 1, p. 53-89, 2018.

BRAGA, M. do S. S. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistemas partidários institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 43-73, 2010.

BRAGA, M. do S. S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro**: padrões de competição política (1982-2002). São Paulo: Humanitas, 2006.

BRAGA, M. do S. S.; PIMENTEL JUNIOR, J. Os partidos políticos brasileiros realmente não importam? **Opinião Pública**, Campinas, v. 17, n. 2, p. 271-303, 2011.

BRAGA, M. do S. S.; RODRIGUES-SILVEIRA, R. Organización, territorio y sistema partidario: difusión territorial de la organización de los partidos y sus potenciales impactos sobre la estructura del sistema partidario en Brasil. **América Latina Hoy**, Salamanca, v. 62, p. 15-45, 2012.

CAMPBELL, A.; CONVERSE, P. E.; MILLER, W. E.; STOKES, D. E. **The American voter**. New York: Wiley, 1960.

CARNEIRO, G. P.; MOISÉS, J. Á. Sobre o enraizamento dos partidos políticos na sociedade brasileira. **Interesse Nacional**, São Paulo, v. 7, n. 28, p. 20-37, 2015.

82 CARREIRÃO, Y. de S. **A decisão do voto nas eleições presidenciais brasileiras**. Florianópolis/Rio de Janeiro: Universidade Federal de Santa Catarina/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

CARREIRÃO, Y. de S. Eleições e sistema partidário em Florianópolis: 1982-2004. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 40, p. 385-401, 2006.

CARREIRÃO, Y. de S. O sistema partidário brasileiro: um debate sobre a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 14, p. 255-295, 2014.

CARREIRÃO, Y. de S.; KINZO, M. D. Partidos políticos, preferência partidária e decisão eleitoral no Brasil (1989-2002). **Dados**, v. 47, n. 1, p. 131-168, 2004.

CARRERAS, M.; MORGENSTERN, S.; SU, Y.-P. Refining the theory of partisan alignments: evidence from Latin America. **Party Politics**, v. 21, n. 5, p. 671-685, 2013.

CASALECCHI, G. A.; GIMENES, É. R. Partidarismo e legado democrático na América Latina. *In*: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 41. **Anais**. Caxambu, MG: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2017.

CONVERSE, P. E. Of time and partisan stability. **Comparative Political Studies**, n. 2, p. 139-171, 2969.

CONVERSE, P. E. The nature of belief systems in mass publics. In: APTER, D. A. (Org.). **Ideology and discontent**. New York: The Free, 1964.

CORTEZ, R. de P. S. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. 163 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

COUTO, C. G.; ABRUCIO, F. L.; TEIXEIRA, M. A. C. As eleições municipais de 2012 e seus efeitos nacionais. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 193-207, 2013.

DAHL, R. A. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

DALTON, R. J. **Political realignment: Economics, culture, and electoral change**. New York: Oxford University, 2018.

83

DALTON, R. J. **The apartisan American: dealignment and changing electoral politics**. Washington, DC: Sage, 2013.

DALTON, R. J.; McALLISTER, I.; WATTENBERG, M. P. Democracia e identificação partidária nas sociedades industriais avançadas. **Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 295- 320, 2003.

DOLEZAL, M. Social and Political Cleavages and Political Participation. IN: GIUGNI, M.; GRASSO, M. (Eds). **The Oxford Handbook of Political Participation**. Oxford Handbooks, 2022. Disponível em: <<https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780198861126.013.28>>. Acesso em: 26 fev. 2024.

EASTON, D. A re-assessment of the concept of political support. **British Journal of Political Science**, Cambridge, v. 5, n. 4, p. 435-457, 1975.

FILGUEIRAS, F. Corrupção e cultura política: a percepção da corrupção no Brasil. In: TELLES; H.; MORENO, A. (Orgs.). **Comportamento eleitoral e comunicação política na América Latina: o eleitor latino-americano**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p. 221-258, 2013.

FIORINA, M. P.; ABRAMS, S. M. Political polarization in the American public. **Annual Review of Political Science**, v. 11, p. 563-588, 2008.

GALLAGHER, M. **Election índices**. Disponível em:

<https://www.tcd.ie/Political_Science/people/michael_gallagher/ElSystems/Docts/ElectionIndices.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

GIMENES, É. R. **A relação dos eleitores com partidos políticos em novas democracias: partidarismo na América Latina**. 240 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

GIMENES, É. R. Considerações sobre as relações entre eleitores e partidos políticos no Brasil. *In*: FUX, L. *et al.* (Org.). **Tratado de Direito Eleitoral** - Direito partidário. 1ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018, v. 2, p. 109-133, 2018.

GIMENES, É. R. **Eleitores e partidos políticos na América Latina**. Curitiba: Appris, 2017.

84

GREEN, D.; PALMQUIST, B.; SCHICKLER, E. Partisan hearts & minds. **Political parties and the social identities of voters**. New Heaven: Yale University, 2002.

HEIDAR, K. Party membership and participation. *In*: KATZ, R. S.; CROTTY, W. **Handbook of party politics**. Londres: SAGE, p. 301-315, 2006.

HILL, S. J.; TAUSANOVITCH, C. A disconnect in representation? Comparison of trends in congressional and public polarization. **The Journals of Politics**, v. 77, n. 4, p. 1058-1075. in contemporary Europe. *European Journal of Political Research*, n. 51. p. 24-56, 2015.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano**. São Paulo: Francis, 2009.

KECK, M. **The Workers' Party and democratization in Brazil**. New Haven: Yale University, 1992.

KINDER, D. R. Politics and the life cycle. **Science**, v. 312, n. 5782, p. 1905-1908, 2006.

KINZO, M. D. G. La elección presidencial de 1989: el comportamiento electoral en una ciudad brasileña. **Revista de Estudios Políticos**, n. 74, oct./dez. p. 257-275, 1991.

KINZO, M. D. G. O quadro partidário e a Constituinte. *In*: LAMOUNIER, B. (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: Sumaré, p. 105-134, 1990.

KINZO, M. D. G. Os partidos no eleitorado: percepções políticas e laços partidários. *In*: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, p. 19-45, 2007.

KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. Introdução. *In*: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. do S. S. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, p. 7-15, 2007.

LAGOS, M. **The Latinobarometro**: media and political attitudes in South America. *In*: Meeting of the American Political Science Association, San Francisco (EUA). *Working paper*, 1996.

LAMOUNIER, B. **Partidos e utopias**: o Brasil no limiar dos anos 90. São Paulo: Loyola, 1989.

LAVAREDA, A. **A democracia nas urnas**: o processo partidário-eleitoral brasileiro. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1991.

85

LAVAREDA, A. Governos, partidos e eleições segundo a opinião pública: o Brasil de 1989 comparado ao de 1964. **Dados**, vol.32, n. 3, pp. 341-362, 1989.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LIMA JUNIOR, O. B. **Os partidos políticos brasileiros**: a experiência federal e regional (1945-1964). Rio de Janeiro: Graal, 1983.

MACIEL, A. P. B.; ALARCON, A. de O.; GIMENES, É. R. Partidos políticos e espectro ideológico: parlamentares, especialistas, esquerda e direita no Brasil. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 8, n. 3, p. 72-88, 2017.

MAINWARING, S. **Sistemas partidários em novas democracias**: o caso do Brasil. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Mercado Aberto/Fundação Getúlio Vargas, 2001.

MAINWARING, S. P.; SCULLY, T. **Building democratic institutions**: party systems in Latin America. Stanford: Stanford University, 1995.

MAIR, P. Os partidos políticos e a democracia. **Análise Social**, v. 38, n. 167, p. 277-293, 2003.

MASON, L. **Uncivil agreement**. How politics became our identity. Chicago/London: University of Chicago, 2018.

MEDEIROS, M.; NÖEL, A. The forgotten side of partisanship: negative party identification in four Anglo-American democracies. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 7, p. 1022-1046, 2014.

MELO, C. R. F. de. Conferência na Sessão Especial “Democracia e Novos Partidos: acomodação das elites e sistema partidário no Brasil”. In: Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política; 9., 2014, Brasília, DF. **Anais**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Ciência Política, 2014.

MELO, C. R. F. de. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; ALCÁNTARA SÁEZ, M. (Orgs.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, p. 267-302, 2007.

MELO, C. R. F. de; CÂMARA, R. Estrutura de competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 1, p. 71-117, 2012.

MENEGUELLO, R. **PT: A formação de um partido, 1979-1982**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R. Electoral Behavior in Brazil: the 1994 Presidential Election. **International Social Science Journal**, n. 146, 1995.

MESQUITA, N. C. Mídia e apoio político à democracia no Brasil. In: MOISÉS, J. Á.; MENEGUELLO, R. (Orgs.). **A desconfiança política e os seus impactos na qualidade da democracia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 147-173, 2013.

MIGUEL, L. F.; MACHADO, C. De partido de esquerda a partido do governo: o PT e suas coligações para prefeito (2000 a 2008). In: KRAUSE, S.; MIZUCA, H.D. de.; MIGUEL, L. F. **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, p. 345-371, 2010.

MOISÉS, J. A. Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira. In: . (Org.). **Democracia e confiança: porque os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 77-121, 2010.

MOISÉS, J. A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 33-63, 2005.

MOISÉS, J. A. **Os brasileiros e a democracia**: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. São Paulo: Ática, 1995.

MOISÉS, J. A. Elections, political parties and political culture in Brazil: changes and continuities. **Journal of Latin American Studies**, v. 25, n. 3, oct. p. 575-611, 1993.

MOISÉS, J. A.; CARNEIRO, G. P. Democracia, desconfiança política e insatisfação com o regime – o caso do Brasil. **Opinião Pública**, v. 14, n. 1, p. 1-42, jun. 2008.

MUSZYKSKI, J.; MENDES, A. M. T. Democratização e opinião pública no Brasil. In: LAMOUNIER, B. (Org). **De Geisel a Collor**: o balanço da transição. São Paulo: Sumaré, p.61-80, 1990.

NICOLAU, J. M. **Dados eleitorais do Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.

NICOLAU, J. M. **Multipartidarismo e democracia**. Um estudo sobre o Sistema partidário brasileiro (1985-94). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

NORRIS, P. **Critical citizens**: global support for democratic governance. Oxford: Oxford University, 1999.

NORRIS, P. **Democratic deficit**. New York: Cambridge University, 2011.

NORRIS, P. **Electoral engineering**: voting rules and political behavior. New York: Cambridge University, 2004.

NORRIS, P. Political activism: new challenges, new opportunities. In: BOIX, C.; STOKES, S. C. **The Oxford handbook of comparative politics**. Oxford: Oxford University Press, p. 628-652, 2007.

NORRIS, P.; INGLEHART, R. **Cultural backlash**: Trump, Brexit, and authoritarian populism. New York: Cambridge University, 2018.

PAIVA, D.; KRAUSE, S.; LAMEIRÃO, A. P. O eleitor antipetista: partidarismo e avaliação retrospectiva. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, p. 638-674, 2016.

PEREIRA, F. B. A estabilidade e a efetividade da preferência partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.13, p.213-244, 2014.

PIERUCCI, A. F. As bases da nova direita. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, v.19, p. 26-45, 1987.

PIMENTEL JUNIOR, J. Disposições afetivas e laços partidários. In: KINZO, M. D. G.; BRAGA, M. Do S. S. (Org.). **Eleitores e representação partidária no Brasil**. São Paulo: Humanitas, p. 81-113, 2007.

POWER, T. J.; ZUCCO JUNIOR, C. Estimating ideology of Brazilian Legislative parties, 1990-2005: a research communication. **Latin American Research Review**, v. 44, n. 1, p. 219-246, 2009.

88 PUTNAM, R. D. (Org.). **Solo en la bolera**. Colapso y resurgimiento de la comunidad norteamericana. Barcelona: Galaxia Gutenberg, 2002.

REIS, F. W. Sociologia Política, Ciência Política e “escolha racional”. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 37-55, set. 2002.

REIS, F. W.; CASTRO, M. M. M. de. Regiões, classe e ideologia no processo eleitoral brasileiro. **Lua Nova**, São Paulo, n. 26, p. 81-131, 1992.

RENNÓ, L. R. Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006. **Opinião Pública**, Campinas, v.13, n.2, p.260-282, 2007.

RENNÓ, L. R. Bolsonarismo e as eleições de 2022. **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 147-163, 2022.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J. Tolerância política no Brasil recente: evolução de indicadores e condicionantes. **Caderno CRH (Online)**, v. 32, p. 641-657, 2019.

RIBEIRO, E. A.; BORBA, J.; GIMENES, É. R.; CASALECCHI, G. Á. Indiferenciação e alienação partidária no Brasil. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 27, p. 105-137, 2018.

RIBEIRO, E. A.; FUKS, M. Tolerância política no Brasil. **Opinião Pública**, v. 25, p. 531-555, 2019.

RIBEIRO, E.; CARREIRÃO, Y.; BORBA, J. Sentimentos partidários e antipetismo: condicionantes e covariantes. **Opinião Pública**, v. 22, n. 3, 2016.

RODRIGUES, L. M. **Partidos, ideologia e composição social**: Um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

ROSE, R.; MISHLER, W. Negative and positive party identification in post-communist countries. **Electoral Studies**, vol. 17, n. 2, p. 217-234, 1998.

SADEK, M. T. Ainteriorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, M. T. (Org.). **Eleições 1986**: História eleitoral do Brasil. São Paulo: IDESP/Vórtice, p.67-88, 1989.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970- 80). São Paulo: Paz e Terra, 1988.

89

SAMUELS, D. J. Determinantes do voto partidário em sistemas eleitorais centrados no candidato: evidências sobre o Brasil. **Dados**, v. 40, n. 3, p. 493-533, 1997.

SAMUELS, D.; ZUCCO JUNIOR, C. **The power of partisanship in Brazil**: evidence from survey experiments. Social Science Research Network, Rochester, out. 2012. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1903312>. Acesso em: 17 set. 2020.

SCHOENSTER, L. **Clãs políticos no Congresso Nacional**. Disponível em: <<http://www.excelencias.org.br/docs/parentes.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2014.

SELIGSON, M. A.; BOOTH, J. A. GÓMEZ, M. Os contornos da cidadania crítica: explorando a legitimidade democrática. **Opinião Pública**, Campinas, v. 12, n. 1, p. 1-37, abr./mai. 2006.

SILVA, Thiago Moreira da. **Para além de esquerda e direita**: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014). 2017. 182 f. Tese (Doutorado em Ciência Política)— Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SILVEIRA, F. **A decisão de voto no Brasil**. Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1998.

SINGER, A. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, v. 27, n. 3, p. 705-729, 2021.

SINGER, A. **Esquerda e direita no eleitorado brasileiro**. São Paulo: EDUSP, 2000.

TAROUCO, G. Esquerda e direita no sistema partidário brasileiro: notas de pesquisa. In: Seminário Nacional de Ciência Política, 1., 2008, Porto Alegre. **Anais**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.

TAROUCO, G. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.4, p. 169-186, 2010.

TAVARES, J. A. G. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

VAN BIEZEN, I.; MAIR, P. & POGUNTKE, T. “Going, going, ... gone? The decline of party membership in contemporary Europe”. **European Journal of Political Research**, n. 51, p. 24-56, 2012.

VEIGA, L. F. O partidarismo no Brasil (2002/2010). **Opinião Pública**, Campinas, v.17, n.2, p. 400-425, 2011.

VEIGA, L. F. Os partidos brasileiros na perspectiva dos eleitores: mudanças e continuidades na identificação partidária e na avaliação das principais legendas após 2002. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 340-365, nov. 2007.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and equality**: civic voluntarism in American politics. Cambridge: Harvard University, 1995.

WEBER, M. **Economia e sociedade**. Fundamentos da Sociologia compreensiva. v. 1. 4. ed. 3. reimpr. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

ZUCCO JUNIOR, C. Estabilidad sin raíces: institucionalización de sistemas de partidos en Brasil. In: TORCAL, M. (Ed.). **Sistemas de partidos en América Latina**: causas y consecuencias de su equilibrio inestable. Madrid, Espanha: Anthropos, p. 78-107, 2014.

ZUCCO JUNIOR, C.; SAMUELS, D. Petismo and anti-petismo. In: Seminário Nacional Partidarismo, Militantismo e Comportamento Eleitoral no Brasil, 1. **Anais**. 2015, Florianópolis (*mimeo*).

Partisary feelings, ideological positioning and voting in the 2014 presidential elections

ABSTRACT: This article deals with the relationship between political behavior and electoral behavior, focusing on the first aspect, so that its objective is to analyze the similarities and discrepancies between two poles or groups of voters: [1] those who expressed their liking for the PT, who who positioned themselves on the left on the ideological spectrum and/or who voted for Dilma Rousseff and [2] those who declared that they did not like the PT and/or positioned themselves on the right on the ideological spectrum in relation to [a] its determinants and [b] their relationships adherence to democracy and satisfaction with the functioning of public policies. To this end, a theoretical framework is mobilized that discusses the relevance of the topic today, as well as historical and conjunctural aspects about political parties and their conformation among the Brazilian electorate, in order to highlight the context that culminated in the identification of the sociodemographic characterization of the profiles of PT supporters positioned on the left, Dilma voters, anti-PT supporters and positioned on the right in 2014 and the relationships between these profiles and positions regarding adherence to democracy and satisfaction with the functioning of public policies in Brazil. It is concluded that there were differences between the profiles, so it is incorrect to treat the profiles of each pole as if they could be generalized.

KEYWORDS: Political behavior; Elections; Brazil; Democracy; Public policy.

91

Sentimientos partidarios, posicionamiento ideológico y voto en las elecciones presidenciales de 2014

RESUMEN: Este artículo aborda la relación entre comportamiento político y comportamiento electoral, centrándose en el primer aspecto, por lo que su objetivo es analizar las similitudes y discrepancias entre dos polos o grupos de electores: [1] aquellos que expresaron su agrado por el PT, que se posicionaron a la izquierda en el espectro ideológico y/o que votaron por Dilma Rousseff y [2] aquellos que declararon que no les gustaba el PT y/o se posicionaron a la derecha en el espectro ideológico en relación a [a] sus determinantes y [b] sus relaciones adhesión a la democracia y satisfacción con el funcionamiento de las políticas públicas. Para ello, se moviliza un marco teórico que discute la relevancia del tema en la actualidad, así como aspectos históricos y coyunturales sobre los partidos políticos y su conformación entre el electorado brasileño, con el fin de resaltar el contexto que culminó con la identificación de las características sociodemográficas. caracterización de los perfiles de petistas posicionados en la izquierda, votantes de Dilma, anti-PT y posicionados en la derecha en 2014 y las relaciones entre esos perfiles y posiciones respecto de la adhesión a la democracia y la satisfacción con el funcionamiento de las políticas públicas en Brasil. Se concluye que existieron diferencias entre los perfiles, por lo que es incorrecto tratar los perfiles de cada polo como si pudieran generalizarse.

PALABRAS CLAVE: Comportamiento político; Elecciones; Brasil; Democracia; Políticas públicas.